

CPIS: SAÚDE E FINANÇAS

O MÉDICO PAULO RIOS, PRESIDENTE DA FHDF, DISSE NA COMISSÃO DE SAÚDE DA CÂMARA QUE A EMERGÊNCIA COLOCOU A DESCOBERTO A CARÊNCIA DE RECURSOS MATERIAIS DO ÓRGÃO. FERNANDO TUPINAMBÁ, NA DE FINANÇAS, FALOU DA FILOSOFIA ECONÔMICO-FINANCEIRA DO DF.

"Caso o Ministério da Saúde não viesse em socorro da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, durante a epidemia de meningite que grassou este ano, na capital da República, o organismo acabaria se esfacelando, em virtude da sua incapacidade de atender aos portadores da moléstia".

Essa afirmação foi feita ontem pelo presidente da Fundação Hospitalar, médico Paulo Rios, perante a Comissão de Saúde da Câmara, observando que a emergência serviu para colocar a descoberto a total carência de recursos materiais e humanos da FHDF, que, na sua opinião, não se encontra capacitada para atender ao contingente populacional do Distrito Federal.

Embora debitando os problemas assistenciais do Distrito Federal a uma migração até certo ponto imprevisível e descontrolada, Paulo Rios apontou erros de planejamento que considera altamente responsáveis pelas anomalias vigentes.

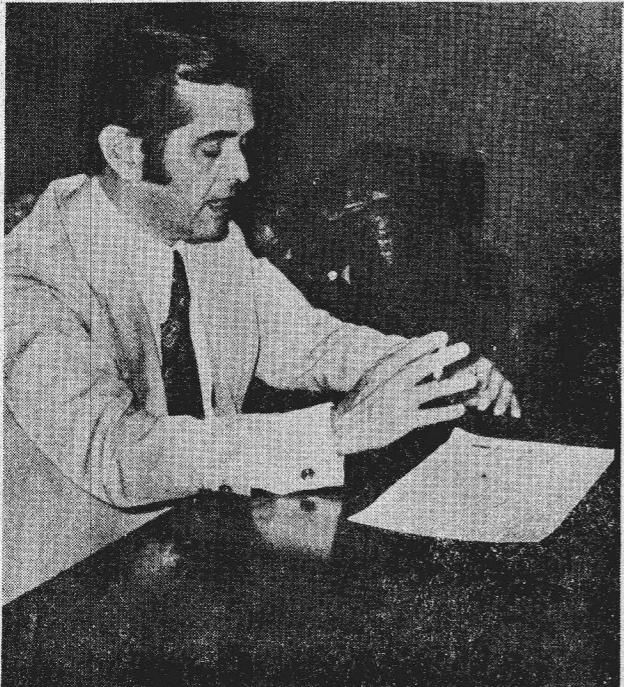
Acentuou que essas populações, atraídas sobretudo pela indústria da construção civil, e de baixo nível sócio-econômico, acabaram por se fixar na periferia do plano-piloto, quando ele detém o maior número de leitos hospitalares e o único serviço de emergência.

Enquanto isso, num paradoxo incompreensível, decidiu-se pela construção de mais um hospital no Plano Piloto, exatamente na Asa Norte, o qual não poderia servir de maneira eficiente às cidades-satélites e aos núcleos habitacionais.

O médico Paulo Rios disse aos membros da Comissão de Saúde que, quando aceitou assumir a direção da Fundação Hospitalar, fez ver ao governador do Distrito Federal que a entidade, como se encontrava, poderia ser considerada uma firma em estado pré-falimentar e devedora de muitos bancos, numa comparação que dava bem a medida de sua situação financeira.

"Assumi acossado pela imprensa, que desejava saber o que seria feito no combate à meningite", afirmou. "Agora, a imprensa pergunta quando será inaugurado o novo pronto-socorro do HDB".

De acordo com o presidente da FHDF, o pronto-socorro é um exemplo perfeito das deficiências financeiras da entidade. A fundação deve à firma empreiteira cerca de cinco milhões e trezentos mil cruzeiros, que não pode pagar de imediato, e a



Paulo Rios, presidente da Fundação Hospitalar do DF, foi à Comissão de Saúde da Câmara e o secretário, Fernando Tupinambá, na de Finanças.

empresa só resiste porque é uma firma sólida, no ramo da construção civil.

Paulo Rios disse, também, que o pronto socorro, de acordo com o projeto inicial, não atendia às técnicas mais primárias de administração hospitalar. O que se pretendia fazer — disse — "era um hospital independente, mas um hospital no plano piloto, quando sabemos que o que é preciso, de imediato, é uma unidade de atendimento emergencial eficaz, que supra as deficiências notórias do atual pronto socorro do 1o. HDB".

Informou que, para corrigir essa deformação de conceitos, os dois prédios serão unidos. "Teremos assim um só laboratório, e não dois; uma só cozinha e não duas; uma só administração, e não duas".

O funcionamento do pronto socorro está sendo retardado, também, pela carência de recursos financeiros para a aquisição dos equipamentos imprescindíveis. A aparelhagem de raios X, por exemplo, está sendo comprada à Siemens, empresa alemã, através da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, numa operação que Paulo Rios classificou de demorada.

O presidente da Fundação Hospitalar voltou a observar que a situação se mostrou completamente caótica por ocasião do surto de meningite, que alcançava índices alarmantes em março, quando assumiu a chefia do órgão. Tão dramática que se fazia necessário

suspender cirurgias e adiar o tratamento de doentes com a saúde bastante afetada, do aspecto patológico.

"A Fundação não dispunha de vacinas, nem das pistolas automáticas para promover a vacinação em massa. Então, eu disse ao Ministério da Saúde, que detém o monopólio de ambos, que me cedesse ao menos as vacinas, que se o trabalho não fosse feito em 48 horas seria feito em um mês, o que já significava muito. Felizmente, o ministro Almeida Machado foi sensível e antecipou a vacinação, antes programada para setembro, o que provocou uma melhoria acentuada no quadro geral". Para exemplificar, disse que em agosto do ano passado registraram-se 1.070 casos de meningite e, em agosto deste ano, apenas 70.

O quadro desalentador da assistência médica em Brasília no período do surto levou uma comissão de técnicos da Secretaria de Governo a elaborar um plano de reorganização administrativa da Fundação. De acordo com Paulo Rios, esse trabalho, apesar de bem intencionado, não se adequava às reais necessidades da entidade e, por conseguinte, da população a ser atendida.

Por isso, não o aceitou, e preferiu reunir-se com seus auxiliares para elaborar um novo plano, que parte de uma estrutura administrativa eficiente e se volta para um melhor atendimento, inclusive a nível ambulatorial, às

populações das cidades-satélites e núcleos periféricos. Pretende levantar um empréstimo de 20 bilhões de cruzeiros junto à Caixa Econômica que, adicionado a outros recursos, sirva de suporte financeiro às modificações que não podem mais ser adiadas, sob pena de completa falência do serviço médico assistencial em Brasília.

O que é preciso no entanto — sublinhou Paulo Rios — é uma medicina dinâmica, com programas de educação para a saúde, e não essa medicina estática, trancada entre quatro paredes, que só atende a quem a procura, apenas tentando curar doenças, e não evitá-las.

Toda a palestra do presidente da Fundação Hospitalar perante os membros da Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Fábio Fonseca, foi ilustrada com slides e precedida de uma exposição teórica do médico Miguel de Carvalho, chefe do Serviço de Auditoria Médica da FHDF.

FINANÇAS

Atendendo a convite, o secretário de Finanças do Distrito Federal, Fernando Tupinambá Valente compareceu na última quarta-feira perante a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, onde prestou esclarecimentos e informações sobre a filosofia do Governo do DF, aplicada na administração da Capital da República,

tempo, pois uma vez iniciado, fez com que poderosas forças atuem no sentido de concentração especial do desenvolvimento nos seus pontos iniciais de partida. Acrescentou que, de fato, a expansão se encontra associada às vantagens oferecidas pelos locais em que está situada, pois provoca a concentração de fatores de produção, criando assim, os denominados "pólos de concentração".

Afirmou o secretário de Finanças, que "este é o fenômeno que, a par de estimular a expansão das regiões vizinhas, conforme a força dinâmica do polo, tende a originar discontinuidades especiais dentro do sistema, responsável pelas disparidades do nível ou no ritmo de crescimento das diversas regiões do país". O governo, partindo do pressuposto de que o incremento da renda regional, proveniente de investimentos realizados em cada área, que criam uma demanda adicional para bens e serviços das demais regiões, fornecendo benefícios à economia nacional, vem adotando uma política de integração do planejamento da nação e de suas regiões, que visam acima de tudo, eliminar as distorções do seu progresso de crescimento econômico.

Para Fernando Tupinambá, Brasília deve ser entendida como um polo dinâmico, implantado no Centro-Oeste, visando a ampliação da fronteira econômica do País. Ela hoje se constitui num verdadeiro centro irradiador de progresso, tanto no sentido econômico, como no social e cultural. Ressaltou que é nesse sentido que a centralização da Capital Federal tem que ser entendida como polo dinâmico de crescimento, implantado no interior do País, visando concorrer na integração a atividade econômica brasileira, para eliminar as "ilhas econômicas" formadas no território nacional.

Antes de apresentar os planos financeiros os parlamentares, o Secretário de Finanças afirmou, que a esfera pública do Distrito Federal, compreendida pela administração direta e indireta, conta com duas fontes de recursos destinadas a cobertura dos seus gastos correntes e de capitais, que são a receita própria e as transferências. Para a administração direta, a receita própria compreende os ingressos tributários, patrimoniais, industriais entre outros, que estão dispostos como diversos. O restante dos recursos são compostos pelas transferências da União. Assim, a receita corrente somada à tributária e às transferências, alcançam a quase totalidade dos recursos procedentes da União.